

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	5
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	6

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	7
10.2 - Resultado operacional e financeiro	10
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	11
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	12
10.5 - Políticas contábeis críticas	14
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	19
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	20
10.8 - Plano de Negócios	21
10.9 - Outros fatores com influência relevante	22

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Descrição dos principais riscos de mercado

Os principais riscos que o emissor está exposto estão relacionados a oscilações bruscas na variação cambial, custos dos insumos, preços nos mercados onde atua, crise energética, regulação de preços pelos grandes “*players*” concorrentes, dentre outros que possam impactar nas operações e resultados das controladas/coligadas, diretas e indireta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor**

O emissor não tem uma política formal de gerenciamento de riscos. A administração acompanha e monitora a evolução do mercado e, quando são constatadas possibilidades de riscos iminentes busca proteção adequada para evitar reflexos negativos nas suas operações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia e de suas controladas diretas e indireta. O sistema de controle interno do grupo está direcionado na premissa de garantir, de forma razoável, e em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Com base na sua avaliação da Administração, concluiu-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas diretas e indireta, mantinham controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

Os diretores das empresas do grupo possuem apoio permanente dos Departamentos de Controladoria e de Auditoria Interna para elaboração e fiscalização dos processos, garantindo a adoção das boas práticas observação das normas contábeis aplicáveis e de controle interno, respectivamente. A área de Auditoria interna efetua avaliação dos processos relevantes da organização, identificando os pontos de auditoria e reportando-se diretamente ao Conselho de Administração do emissor.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os resultados de todos os trabalhos de auditoria interna são reportados ao Conselho de Administração e aos Diretores e Gerentes envolvidos. Para todas as deficiências apresentadas é solicitado as áreas a elaboração de um plano de ação, responsável e data de implantação.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Com base nesta revisão, o Auditor Independente não detectou deficiências que pudessem comprometer as demonstrações contábeis do emissor e de suas controladas diretas e indireta, motivo pelo qual não houve emissão de recomendações em relatórios circunstanciados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Como não houveram deficiências apontadas pelo Auditor Independente, tampouco emissão de relatório circunstanciado com recomendações, não há comentários dos diretores a serem divulgados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 Alterações significativas nos principais riscos de mercado

Em relação ao último exercício, se comparado a 2014 as alterações significativas foram:

- Variação da Taxa do Dólar ao final do exercício de 2015, e;
- Concentração de mercado nos grandes *“players”*.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.5 Outras informações relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10 COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 Condições financeiras e patrimoniais

Comentários da Minupar Participações S/A. e sua controlada Companhia Minuano de Alimentos, referentes ao exercício de 2015:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2015, apesar de apresentar um cenário positivo com relação ao câmbio, e seu impacto positivo nas vendas direcionadas ao Mercado Externo, trouxe também, reajustes significativos na aquisição de insumos que estão muito vinculados ao mercado internacional. As empresas como um todo foram muito impactadas pela pressão dos custos produtivos, reposições salariais acima do verificado nos últimos exercícios, reajustes e implementação das bandeiras tarifárias da energia elétrica, bem como a inflação atingindo a casa dos dois dígitos. Esse cenário como um todo, trouxe como reflexo, a constatação de demanda mais reprimida, excesso de oferta de produtos derivados de carnes de aves no Mercado Externo, pressão nos preços internacionais das carnes e extrema dificuldade de reposição de preços no Mercado Nacional.

Com relação à Companhia, seu faturamento líquido consolidado atingiu R\$ 207,3 milhões, que comparado ao ano de 2014, apresentou um aumento de R\$ 20,1 milhões, ou 10,8%. Esse aumento está relacionado ao incremento na prestação de serviços de abates de aves para terceiros nas unidades frigoríficas de Passo Fundo e Lajeado (RS) e no incremento das receitas da comercialização de industrializados de carnes.

Receita Líquida

A Receita Líquida no ano de 2015 obteve um aumento de 10,8%, quando comparada ao ano de 2014. No ano, a receita líquida atingiu o valor de R\$ 207,3 milhões, sendo que no ano de 2014, a receita líquida foi de R\$ 187,2 milhões. Este aumento, conforme já ressaltado anteriormente, está relacionada aos incrementos na prestação de serviços de abates de aves nas unidades frigoríficas de Passo Fundo e Lajeado (RS) e no incremento das receitas na venda de industrializados de carnes.

As despesas com vendas reduziram no ano de 2015 em R\$ 0,8 milhões em relação ao mesmo período de 2014, passando de R\$ 9,7 milhões em 2014 para R\$ 8,9 milhões. Consequentemente sua relação comparativa a receita operacional líquida reduziu de 5,2% no ano de 2014 para 4,3% no ano de 2015. A referida queda está diretamente vinculada a redução de 16,2% no volume de industrializados de carne comercializados para o Mercado Externo no período.

As despesas gerais e administrativas consolidadas aumentaram no ano de 2015 em R\$ 0,3 milhões em relação ao mesmo período de 2014, passando de R\$ 7,5 milhões em 2014 para R\$ 7,8 milhões. Sua relação comparativa a receita operacional líquida apresentou uma pequena redução, passando de 4,0% no ano de 2014, para 3,8% no ano de 2015.

b) Estrutura de capital

Devido ao Patrimônio Líquido Consolidado Negativo, a estrutura capital consolidada da Companhia está composta por 218,27% de capitais de terceiros e -118,27% de capitais próprios.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O EBITDA consolidado da Minupar nos anos de 2015 e 2014 foi respectivamente, de R\$ 37,2 milhões ou 18,0% da receita líquida e R\$ 30,3 milhões ou 16,2% da receita líquida, representando uma melhora de 1,8p.p. em 2015. A melhoria de performance está relacionada principalmente ao desempenho da operação de industrializados, onde, apesar de verificarmos uma redução dos volumes de vendas praticados no ano, na ordem de 5,6%, os preços verificados nas operações do Mercado Externo, impulsionados pelo câmbio, contribuiu de maneira expressiva na geração de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui operações de adiantamento de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré pagamentos e pré embarques vinculados às operações de exportações. Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos circulantes.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

ACCs e operações de créditos bancários.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos e financiamentos referentes às demonstrações consolidadas do emissor estão indicados no item seguinte.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os empréstimos e financiamentos, referentes às demonstrações consolidadas do emissor, junto às instituições financeiras possuem as seguintes características e condições:

Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	31/12/2015	
				Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A – ACC		USD + 6% a.a.	Jan a mar/16	1.559	-
Acordo Banco do Brasil	a)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	267	2.406
Arrendamento Mercantil		-	-	25	-
Banrisul – Consórcio		-	-	43	298
Banrisul – Limite de Créd.		-	-	2	-
Totais				1.896	2.704

Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	31/12/2014	
				Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A – ACC		USD + 6% a.a.	jan a mai/15	3.092	-
Acordo Banco do Brasil	a)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	342	3.076
Arrendamento Mercantil		-	-	10	26
Banrisul – Consórcio		-	-	64	319
Badesul S/A – Reaver	b)	TJLP+6,5% a.a.	jun/16	2.541	6.351
Limites de Crédito		-	-	111	-
Totais				6.160	9.772

Legenda:

- a) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.
- b) Através do Acordo na Execução de Título Extrajudicial nº 10300108246, celebrado em 09 de julho de 2015, nos autos do processo, entre a controlada Companhia Minuano e o Badesul S/A, as partes definiram as premissas para quitação da dívida em três (03) parcelas mensais, as quais findaram em setembro/2015.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

O emissor e suas controladas estão impossibilitados em distribuir dividendos devido a existência de dívidas previdenciárias, bem como pela existência de prejuízos acumulados que devem ser absorvidos por lucros futuros. Com relação aos bens imóveis da Controlada Indireta Companhia Minuano, os mesmos estão em garantia de processos tributários, o que impedem a alienação dos mesmos.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os limites de financiamentos do emissor não estão totalmente utilizados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não houveram alterações significativas em itens das demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 Resultado das operações****a. Resultados das operações do emissor:****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita da controlada Companhia Minuano de Alimentos se divide basicamente em 2 segmentos, conforme quadro abaixo:

SEGMENTO	2015	2014	2013
Industrializados	73.627	66.479	59.302
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	147.327	133.651	187.133
Total	220.954	200.130	246.435

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Receita Líquida no ano de 2015 obteve um aumento de 10,8%, quando comparada ao ano de 2014. No ano, a receita líquida atingiu o valor de R\$ 207,3 milhões, sendo que no ano de 2014, a receita líquida foi de R\$ 187,2 milhões. Este aumento, conforme já ressaltado anteriormente, está relacionada aos incrementos na prestação de serviços de abates de aves nas unidades frigoríficas de Passo Fundo e Lajeado (RS) e no incremento das receitas na venda de industrializados de carnes.

As despesas com vendas reduziram no ano de 2015 em R\$ 0,8 milhões em relação ao mesmo período de 2014, passando de R\$ 9,7 milhões em 2014 para R\$ 8,9 milhões. Consequentemente sua relação comparativa a receita operacional líquida reduziu de 5,2% no ano de 2014 para 4,3% no ano de 2015. A referida queda está diretamente vinculada a redução de 16,2% no volume de industrializados de carne comercializados para o Mercado Externo no período. As despesas gerais e administrativas consolidadas aumentaram no ano de 2015 em R\$ 0,3 milhões em relação ao mesmo período de 2014, passando de R\$ 7,5 milhões em 2014 para R\$ 7,8 milhões. Sua relação comparativa a receita operacional líquida apresentou uma pequena redução, passando de 4,0% no ano de 2014, para 3,8% no ano de 2015.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As variações significativas nas receitas atribuídas em 2015, está relacionada aos incrementos na prestação de serviços de abates de aves nas unidades frigoríficas de Passo Fundo e Lajeado (RS) e no incremento das receitas na venda de industrializados de carnes.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Segue demonstração das informações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais. A tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados. (Valores expressos em milhares de reais)

Contas	2015	2014	2013
Receita Bruta Consolidada sem eliminações	220.954	200.130	246.435
Receita Líquida Consolidada	207.304	187.170	225.096
Lucro Bruto Consolidado	46.740	40.311	41.854
Resultado Operacional Consolidado	21.894	34.312	8.903
Prejuízo Líquido do Exercício	(11.096)	(2.155)	(56.991)
EBITDA Consolidado	37.232	30.280	20.665
Prejuízo por Ação	(0,0156)	(0,0030)	(0,0802)

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras****a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não está prevista a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Não está prevista a ocorrência de eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis – ressalvas e ênfases no parecer do auditor****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações contábeis da Companhia são sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Elas são elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nos 3 últimos exercícios não houveram alterações nas práticas contábeis que provocassem mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

b. Efeitos Significativos das Alterações em Práticas Contábeis

Nos 3 últimos exercícios não houveram alterações nas práticas contábeis que provocassem mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Com base no Relatório dos Auditores Independentes, não houveram ressalvas e as ênfases apresentadas são as seguintes:

“No ano de 2009, com a decisão do Supremo Tribunal Federal limitando em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006 (nota 17). O saldo de R\$ 34.369 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com créditos apurados posteriores a 1990, nos parcelamentos instituídos pela MP 470 e pela Lei nº 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos, foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Controlada, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na Ação Ordinária nº 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma Ação Anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

de exportação emitidos pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª Vara Federal de Brasília sob nº 0064091.31.2014.4.01.3400.

Como consequência do assunto acima mencionado, as demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da manutenção do direito obtido judicialmente, e não contemplam quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos ou passivos que possam ser requeridos em decorrência das decisões judiciais que venham a decorrer por ocasião da conclusão da referida Ação Anulatória. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

A Companhia e sua controlada indireta optaram em incluir parte do passivo tributário nos Parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014, bem como quitar de forma antecipada parcelamentos tributários correntes com os benefícios previstos na Lei nº 13.043/2014, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos nos parcelamentos e na referida quitação antecipada encontram-se pendentes de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva dos referidos débitos fiscais. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31/12/2015 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa e no sucesso do programa de saneamento implementado pelas empresas, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia ou de suas controladas continuarem operando. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Políticas contábeis críticas

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

As Demonstrações Contábeis da Companhia e de suas controladas incluem estimativas referentes à:

- 1) Provisões de natureza trabalhista,
- 2) Provisão para contingências,
- 3) Provisão para devedores duvidosos,
- 4) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Declaração de Conformidade

a.1) Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

a.1.2) Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

b) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais foram eliminados no processo de consolidação.

b.1) Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

b.2) Demonstrações Contábeis Individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

c) Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

d) Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

e) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

f) Clientes

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

g) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

h) Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

i) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

j) Investimentos

j.1) Participações Societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

j.2) Propriedades para Investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e obras cíveis para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 8,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

k) Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a Companhia e suas controladas, estabeleceram adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia e as suas controladas deverão efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente. Com relação ao exercício de 2015, a administração avaliou os cenários da Companhia e de suas controladas constatando que os seus ativos imobilizados mantiveram-se gerando caixa linearmente, não ocorrendo durante o exercício nenhuma oscilação significativa em seu parque fabril que pudesse elevar ou minorar a estimativa de vida útil de seus bens com relação ao exercício anterior, motivo pelo qual a administração optou em manter os mesmos prazos de vida úteis já praticados.

l) Intangível

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

m) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

n) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

o) Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

p) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente e os circulantes, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a Deliberação CVM nº 564/08.

q) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação. Em 2015, conforme determina a Deliberação CVM nº 599/09, a controlada Indireta não efetuou registro dos tributos diferidos, visto que a administração da controlada julga que não haverá lucros tributáveis futuros em prazo inferior a cinco anos contra os quais os créditos fiscais pudessem ser utilizados. Outrossim, tais créditos fiscais permanecem controlados na Parte "B" dos Livros Fiscais sendo que os mesmos não possuem prazo prescricional.

r) Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços - Consolidado

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

s) Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

t) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "Impairment" e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**u) Demonstração do Valor Adicionado – DVA**

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:****a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items).**

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem ativos e passivos que não estejam contemplados nos seus balanços patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem outros itens que não estejam contemplados nos seus balanços patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 Comentar em relação a cada um dos itens constantes no item 10.6**

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem ativos e passivos que não estejam contemplados nos seus balanços patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8 Plano de negócios****a. investimentos, incluindo:****i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Em 2015 os investimentos realizados, pela Controlada Companhia Minuano de Alimentos totalizaram R\$ 12,1 MM (R\$ 4,2 MM em 2014). Os investimentos foram voltados a modernização e melhorias nos processos industriais das unidades fabris da Controlada.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia utiliza, além de recursos próprios, parcelamento diretamente com seus fornecedores.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes, bem como previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano a Companhia não efetuou aquisições individuais que influenciam materialmente sua capacidade produtiva, as aquisições fazem parte de um conjunto de ações que visam a maximização da produção.

c. Novos produtos e serviços:

Não há previsão de novos produtos e serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante no desempenho operacional foram comentados nos itens anteriores.